

Doutoras negras na academia: Ressignificando o espaço de produção do conhecimento¹

Ana Cristina Conceição Santos²

Maria Aparecida Silva³

Resumo: Este artigo versa sobre o protagonismo de mulheres doutoras negras no espaço acadêmico, local hegemonicamente consagrado por um conhecimento eurocêntrico, masculino e elitista; entretanto, na atualidade, diante das conquistas do movimento social feminista, em particular do movimento de mulheres negras, esse cenário na academia vem sendo reconstituído por novos paradigmas. Nosso intuito é visibilizar a produção intelectual de quatro doutoras negras de diferentes áreas de produção do conhecimento, professoras universitárias, a partir da análise do currículo lattes e da breve trajetória do autorreconhecimento enquanto mulheres negras. Consideramos os estudos desenvolvidos numa perspectiva interseccional de modo a evidenciar que gênero, raça e classe, dentre outros, se constituem como categorias de análise para a elaboração e ressignificação dos conhecimentos.

Introdução

Ser mulher negra e professora em um país como o Brasil implica em um redimensionamento desses dois papéis, desmontando todos os estereótipos e estigmas historicamente colocados. Requer ver-se a si mesma como negra e profissional. E, ver-se a si mesma como negra envolve reconhecer-se enquanto sujeito negro, possuindo um papel político na construção de uma prática pedagógica que desvele o racismo presente no ambiente escolar e aponte alternativas de mudança no trabalho que a escola vem realizando (Gomes, 1995, p. 119).

¹ Dedicamos este texto, que foi escrito em 2020, à Profa. Dra. Fran Demétrio, que faleceu em julho de 2021, em decorrência das sequelas causadas pela Covid-19. Profa. Fran Demétrio PRESENTE!

² Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão. E-mail: ana.santosl@delmiro.ufal.br.

³ Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas- UFAL/Campus Sertão. E-mail: marici_ufc@yahoo.com.br.

Iniciamos o texto trazendo a voz da professora doutora negra, Nilma Lino Gomes, que nos faz refletir sobre os estereótipos e desafios enfrentados pelas docentes negras. Mesmo com o acesso ao ensino superior, as desvantagens e os obstáculos continuam para as mulheres negras, mas isso não as impediram de ter a possibilidade de participação, posicionamento e produção acadêmica de conhecimentos diversos, que têm contribuído para visibilizar e refletir sobre a perspectiva positiva de outra história.

Nosso intuito com esse artigo é visibilizar o protagonismo de professoras doutoras negras na academia que rompem com os estigmas de ser mulher negra em uma sociedade racista e machista, possibilitando que saberes marginalizados e (ou) invisibilizados sejam contemplados em suas pesquisas. Para a análise, selecionamos quatro professoras de diferentes áreas do conhecimento, mostrando que suas trajetórias acadêmicas estão alicerçadas por seus pertencimentos racial e de gênero.

Educação formal e mulheres negras

As pesquisas posicionando raça e gênero, como eixo central, são recentes, e elas são decorrentes dos estudos das mulheres que adentram a academia, em particular as mulheres negras, a exemplo das produções de Davis 1981; Gonzalez 1983; Hooks 1984; Crenshaw 1989, 2002; Bairros 1995; Collins 2000; e Carneiro 2003.

O gênero representa a construção do que é ser e quais os papéis estabelecidos para homens e mulheres na sociedade, portanto gênero, como pontuou Scott (1990), é a organização social da diferença sexual, mas

O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo. (p. 13).

No entanto, a abordagem dada à categoria gênero considerava as relações entre homens e mulheres na perspectiva, em um primeiro momento, dos direitos jurídicos e criticando o patriarcado; contudo, de acordo Hooks (1984), sem considerar as mulheres que não se enquadravam em um padrão branco, burguês, universitárias e supostamente heterossexuais.

Santos (2015) ao citar o artigo *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* de Sueli Carneiro (2003), aponta que “as relações de gênero perpassando pela cor e raça continuam nos moldes da época da escravidão” (p. 72), asseverando que as discussões sobre patriarcado e as opressões geradas não faz referência às mulheres negras, pois:

saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas, mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar suas histórias e recriar-se em suas potencialidades. (Sousa, 1983, p.17-18)

É no comprometimento de recuperar a história da população negra que as mulheres negras se empoderam e permitem que as pautas de suas lutas se ampliem a partir da interseccionalidade⁴ de

⁴ Interseccionalidade se constitui como as possibilidades em que raça e gênero interagem de diversas formas, constituindo as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras (Crenshaw, 1989). Para saber mais sobre essa categoria, sugerimos as seguintes leituras: CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum. 1989. p. 139-167; CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

gênero, raça, classe, dentre outros marcadores sociais, sendo que uma das formas desse empoderamento é pela educação formal.

Nesse momento de reflexão, é importante trazer para esse campo de discussão o conceito de educação formal a partir de mulheres negras, já que essa ideia nos fornece perspectivas de olhar e compreender o conhecimento. Refletir sobre a educação na sua perspectiva formal é o que estudiosos/as pesquisadores/as e ativistas negras e negros têm realizado, e é de suma importância para a desconstrução do projeto hegemônico vigente no universo educacional; isso não significa que devemos deixar de lado a educação não formal reconhecida no processo de socialização e sociabilidades; e entendida como projeto social o conjunto de valores, crenças, propostas e diretrizes que explicam e organizam a práxis de um movimento, grupo ou organização social.

Para isso, tomamos a exemplificação do conceito de educação que se encontra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) do Brasil no seu Artigo 1º ao reconhecer que o espaço educativo não se limita apenas às instituições escolares: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Portanto, a educação não se limita apenas a uma visão, mas a vários entendimentos e compreensão do conceito de educação que perpassam o tempo e o momento histórico de cada sociedade.

Partindo desse pressuposto, a educação pode ser considerada a construção de um saber que vai além do sentido escolar, porque de um lado conforta as inquietações de cada um com respostas independentemente satisfatórias ou não, e por outro lado dá sentido à escola, este espaço onde deve existir uma relação dialógica, o processo

de construção e reconstrução contínua de paradigmas e uma aprendizagem que aponta para avanços de diferentes magnitudes, resultando num projeto permanente na vida de algumas pessoas, visto que nem todas as pessoas têm as mesmas chances de trilhar o caminho da escolaridade (Silva, 2011).

É a educação formal estruturada e sistematizada o alvo assertivo de mulheres negras para construírem seus projetos enquanto sujeitos emancipatórios e históricos. A educação é importante e fundamental para a formação do indivíduo e para as mulheres negras o sentido de apropriação de elas ganharem uma dimensão muito intensa porque, no processo educativo de mulheres negras, está inscrito o não lugar, o não saber, o não poder, o não pertencer e o não reconhecer. Diante desse retrato, está posto às mulheres negras o desafio de mudança, ressignificação e atuação nos mais variados campos da educação, para dar resposta ao racismo estrutural e institucional.

E cabe ressaltar que, sobre as mulheres negras, paira um olhar a partir de um lugar, de subalternidade, de discriminações e sexismo. Segundo Gomes,

Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e um conflito constante entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa também suportar diferentes tipos de discriminações (Gomes, 1995, p. 115).

Sabe-se que cada uma das situações expressas, através das formas de exclusão social, alimenta e é alimentada por certa compreensão de quem são as mulheres negras. O fato de que estamos lidando com imagens estereotipadas que absorvem o feminino e a raça como verdadeiros estigmas. São imagens que estão ligadas a dois fatores de fundo. Por um lado, porque são representações “[...] construídas a partir de elementos de um

imaginário que está aí disponível.” (Santos Filho, 1993, p. 84) Por outro, por remontarem, de alguma forma, ao corpo do estigmatizado: a categorização social conta com o fato de o indivíduo não poder deixar de carregar o atributo que o torna estigmatizado.

O imaginário coletivo, sobre as mulheres negras, vem aos poucos mudando, porque percebemos hoje que a maioria das mulheres negras, que estão na academia, em sua maioria transitaram ou transitam junto aos movimentos sociais, em particular ao movimento negro e (ou) organização de mulheres negras. Isso significa que possuem um debate potencializado de compreensão da história de negras/os, não mais como uma história silenciada no projeto de Estado. No campo da educação superior são elas, as mulheres negras, que constroem, possibilitam e articulam novos saberes através de uma epistemologia antirracista, entendida como uma ferramenta para desconstruir o racismo, preconceito, discriminação, opressão individual e institucional, apoiadas em políticas de reconhecimento das diversidades e diferenças étnico- raciais para obtenção de maior justiça social.

A educação formal sempre foi pensada como ascensão social, um demarcador de sucesso. E não deixou de ser, só que, para as mulheres negras, o conjunto de incertezas e desigualdades permanecem no seu cotidiano, e elas continuam driblando as barreiras raciais, socioeconômica e de gênero, que se configuram num ciclo de exclusões. Ocuparem espaço majoritariamente masculino e branco, que ao longo da história da educação formal no Brasil foi palco de questionamento e reivindicações da inclusão da população negra e indígena desde sua criação ainda no século XVI, foi um dos desafios para se empoderarem através de seus coletivos nos vários setores da sociedade e fazerem a diferença principalmente na educação superior com suas produções de conhecimento.

À medida que suas produções acadêmicas, sua atuação no campo da educação formal superior e ser reconhecida como referência para gerações ecoa como possibilidades na destruição dos estigmas da inferioridade e desvalorização presentes no imaginário social, o campo acadêmico muda com a presença da diversidade e a visibilidade da atuação das mulheres negras que estão para além do individual. Nesse sentido, os “lugares” socialmente construídos para a raça e gênero são ressignificados e abre espaço para as reivindicações de poder e igualdade de direitos, pois isso não significa que as disputas deixam de existir.

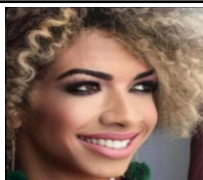
Doutoras negras na academia

Gostaríamos de iniciar esse tópico dizendo que “viver não cabe no Lattes”. Fazemos esse registro para salientar que as professoras doutoras negras pesquisadas têm uma existência para além do currículo lattes, a contribuição enquanto sujeitos, profissionais e ativistas não se limitam a este artigo, mas, sim, extrapola. Entretanto, a nossa escolha metodológica foi refletir a partir do currículo lattes, correlacionando com algumas informações sobre suas trajetórias de vida.

As professoras negras doutoras pesquisadas lecionam ou lecionaram em universidades públicas. Para definir o perfil das professoras, procuramos contemplar diferentes áreas do conhecimento, a saber: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Ciências da Saúde. Outro critério utilizado foi o engajamento dessas professoras com os estudos em torno das relações raciais interseccionalizando com as discussões sobre gênero e classe, entre outros. As teorizações e pesquisas, propostos por essas intelectuais, constituem campos de estudo ainda marginalizados e invisibilizados dentro da academia.

As professoras pesquisadas, são: Ana Celia da Silva, Joselina da Silva, Fran Demétrio e Katemari Rosa. Podemos considerar essas professoras a partir de uma perspectiva do ativismo acadêmico, pois elas são propositivas em seus espaços de trabalho, posicionando seus estudos e ações em busca da transformação social, e suas produções servem de aporte teórico nas reivindicações dos movimentos, em especial os movimentos negro, de mulheres negras e LGBT.

Apresentamos a tabela abaixo com foto retirada do Currículo Lattes⁵ e formação acadêmica das entrevistadas:

FOTO	NOME	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
	Ana Célia da Silva ⁶	Pedagogia (UFBA/1968)	Educação (UFBA/1988)	Educação (UFBA/2001)
	Joselina da Silva ⁷	Especialização ⁸ em Sociologia Urbana (UERJ/1996)	Mestrado em Ciências Sociais (UERJ/2001)	Ciências Sociais (UERJ/2005)
	Fran Demétrio ⁹	Nutrição (UFBA/2008)	Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde (UFBA/2010)	Saúde Coletiva (UFBA/2015)


⁵ A profa. Dra. Ana Celia da Silva não tem foto no Currículo Lattes. A foto capturada foi do Google: <http://www.ebc.com.br/cultura/2014/11/especialista-fala-sobre-a-representacao-dos-negros-nos-livros-didaticos>.

⁶ Link do Currículo Lattes profa. Dra. Ana Célia da Silva: <http://lattes.cnpq.br/7501565836028985>.

⁷ Link do Currículo Lattes profa. Dra. Joselina da Silva: <http://lattes.cnpq.br/1785433331883652>.

⁸ A profa. Dra. Joselina da Silva não informou no currículo a sua graduação.

⁹ Link do Currículo Lattes profa. Dra. Fran Demétrio: <http://lattes.cnpq.br/0011748813752094>.

	Katemari Diogo da Rosa ¹⁰	Licenciatura em Física (UFRGS/1995)	Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/2002) Mestrado em Science Education (Columbia University/2006)	Doutorado em Science Education (Columbia University/2012)
---	--------------------------------------	-------------------------------------	---	---

Professora Doutora Ana Célia da Silva

Das professoras pesquisadas, a professora Ana Célia é a mais experiente, ou seja, concluiu sua graduação em 1968, e em 1970 começou a lecionar em uma escola pública do ensino médio. Em 1994, inicia suas atividades na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e atualmente está aposentada.

A professora Ana Célia iniciou seu ativismo negro no Grupo Negro, em 1978, grupo que antecedeu o Movimento Negro Unificado (MNU) na cidade do Salvador. Ela sempre atuou na defesa de uma educação antirracista, sendo uma das primeiras pesquisadoras a se preocupar com a formação de professores/as, denunciar o currículo etnocêntrico, a imagem estereotipada e a invisibilidade do negro nos livros didáticos.

Uma de suas contribuições com a temática da educação acontece em 1988 durante a realização do VII Encontro de Negros do Norte-Nordeste com o tema “O Negro e a Educação”, em que foi debatedora no painel intitulado “Perfil da Educação Oficial e Projeto – As escolas municipais descobrindo-se negras”. Nesse painel, a

¹⁰ Link do Currículo Lattes profa. Dra. Katemari Diogo da Rosa: <http://lattes.cnpq.br/0011748813752094>.

professora Ana Célia afirmou que o currículo das escolas oficiais não favorecia que os/as estudantes de descendência africana à construção de um pertencimento racial (Santos, 2015).

Ressaltamos que o Movimento Negro, desde a sua formação, vem colocando a educação antirracista como bandeira de luta e contribuições como a da professora Ana Célia, que foram fundamentais para a implementação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas redes particulares e públicas de ensino.

No mestrado, a sua dissertação teve como título “Estereótipos e preconceitos em relação ao negro” no livro didático de comunicação e expressão de 1º grau nível 1”. Nesse trabalho, a pesquisadora apontou que a população negra aparecia de maneira estereotipada e que a maioria do professorado não percebia os estereótipos nos livros. No doutorado, a professora Ana Célia continuou a pesquisa com o livro didático com a tese “As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes”. Esses estudos foram pioneiros no Brasil, possibilitando que outros pesquisadores/as continuassem as reflexões sobre os livros didáticos, a saber: Rosemberg, 2003; Carvalho, 2006 e Watthier, 2008, entre outros.

A professora Ana Célia tem oito artigos publicados em periódicos, dez capítulos de livros e três livros publicados. As temáticas abordadas são sobre educação e relações étnico-raciais, currículo, formação de professores/as numa perspectiva antirracista e branquitude¹¹. Sobre a branquitude, a pesquisadora questiona os padrões eurocêntricos impostos pela sociedade que reflete nas relações raciais e na educação, pois a atuação da branquitude

¹¹ Para saber mais sobre a categoria branquitude recomendamos a leitura: SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. NASCIMENTO, AD; HETKOWSKI, TM (orgs.). Memória e formação de professores. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-101

“enquanto arquétipo de sociedade e cultura questionada é utilizada como padrão que vai nutrir o imaginário em relação à inferioridade da população negra. A sua supremacia dificulta que negras e negros sejam valorizados e respeitados” (Santos, 2015, p. 52).

A professora coordenou o projeto de pesquisa “Se eles fazem eu desfaço: uma proposta de reversão dos estereótipos em relação ao negro no livro didático” e projetos de extensão voltados para a prática pedagógica e formação de professorado numa perspectiva pluricultural e antidiscriminatória. As orientações tanto na graduação em Pedagogia como na pós-graduação em Educação seguem na mesma direção das produções.

Há uma extensa participação em eventos acadêmicos e culturais organizados pelo Movimento Negro, o que demonstra que a sua formação social tem estreita relação com sua formação e atuação acadêmica.

Professora Doutora Joselina da Silva

A professora Joselina da Silva é uma ativista do movimento de mulheres negras. Integrou o Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), foi da comissão organizadora do I Encontro de Mulheres Negras ocorrido em Valença, no Rio de Janeiro, em 1988. Ela narra, no artigo “Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes”, que desde a infância sabia que era negra por vim de uma família que reconhecia o seu pertencimento racial e ao escutar “ela é negra, mas é inteligente” (Euclides; Silva, 2019, p. 38).

Durante a sua graduação, conta que não teve oferta de disciplinas que abordassem temáticas referentes à diversidade, em especial discussões em torno das relações raciais e de gênero, contudo

ela frequentava, semanalmente, as palestras no Centro de Estudos Brasil- África (CEBA) e no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), na cidade do Rio de Janeiro, que a qualificava a levar esses temas para as aulas (Euclides; Silva, 2019).

Na pós-graduação, as pesquisas, desenvolvidas pela professora, versaram sobre espaços do Movimento Negro em determinados períodos históricos: o grupo Renascença e a União dos Homens de Cor.

Em seu Currículo Lattes, a professora registrou que:

É uma das redatoras dos verbetes relacionados à raça, ao racismo e ao movimento negro, na Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe (2006). Foi membro do conselho consultivo e da equipe de redação de textos da Enciclopédia Mulheres Negras do Brasil (2007). Foi a segunda vice-secretária da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) – 2006-2008. Coordena o N´BLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais) certificado pelo CNPq. Foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa (BPI) pela FUNCAP. Foi coordenadora geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra/CNIRC – Fundação Cultural Palmares (2014). Atualmente orienta mestrado e doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da UFRRJ. É professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pós-doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Atua principalmente nos seguintes temas: Relações raciais, Mulheres negras, Violência contra a mulher, Movimento social negro e antirracismo. (Informações obtidas do Currículo Lattes).

É notável, pelas informações do currículo, o compromisso da professora Joselina da Silva com a questão racial interseccionalizando com as relações de gênero, a partir de uma perspectiva dos movimentos sociais. Esse comprometimento é registrado em sua fala: “Foi o engajamento no Movimento Negro que complementou as ferramentas que iniciara por receber em casa. Por conseguinte, ao ingressar na docência, eu já sabia que teria que levar adiante ambos os

ensinamentos: os de casa e os do movimento”. (SIMONE EUCLIDES; SILVA, p. 40, 2019).

Entre os projetos de pesquisa e extensão que a professora vem desenvolvendo, destacamos o curso de extensão “Iniciativas negras trocando experiências”, que tinha como vocação:

Propiciar... formação e reflexão sobre as teorias que circularizam os temas abordados pelos movimentos sociais negros bem como auxiliar na constituição de um fórum de trocas de ideias e experiências entre ativistas advindos de diferentes pontos do território nacional. (Informações obtidas do Currículo Lattes).

Esse curso de extensão teve também um formato anterior coordenado pela professora Joselina da Silva, o fórum “Iniciativas negras – trocando experiências” (2002-2004), ofertado pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) da Universidade Cândido Mendes, na cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2012).

Na Universidade Federal do Cariri (UFCA), o curso de extensão “Iniciativas negras – trocando experiências” teve três edições: em 2007, 2009 e 2011, tendo a participação de acadêmicos e ativistas de todo o território nacional através de seleção, que ofertava bolsas integrais e parciais. Esse projeto cooperou com a “formação de pesquisadores e ativistas nos três níveis de formação: graduação, mestrado e doutorado com ênfase nos recortes de relações raciais, movimentos sociais e de gênero” (Silva, 2012, p. 73).

A professora Joselina tem 32 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, 20 artigos publicados em livros, e foi responsável pela publicação e organização de sete livros. Todas essas publicações são voltadas para a questão racial e suas intersecções.

Professora Doutora Fran Demétrio

A professora Fran Demétrio é uma transfeminista¹² negra, ou seja, a professora se reconhece enquanto feminista que tem identidade de gênero mulher trans e identidade racial negra. De acordo com Gomes de Jesus (2014, p. 244), o transfeminismo é:

uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política a falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos.

Como ativista trans, a professora Fran Demétrio integra o Coletivo De Trans Pra Frente¹³ e, em seu currículo Lattes, há o registro dessa participação. Ainda no texto, informado pela autora no currículo, tem as seguintes informações: líder, coordenadora e pesquisadora do (co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades – LABTrans/UFRB; pesquisadora colaboradora do Núcleo de Investigação em Saúde Materno Infantil (NISAMI-UFRB); membro da Associação Brasileira de Profissionais pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI); coordenou o Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB (2017-2018), e atua nos seguintes temas: “humanização, integralidade e interseccionalidade do cuidado em saúde e nutrição; saúde, nutrição, gêneros e sexualidades... aleitamento materno; nutrição materno-infantil; epistemologia nutricional e sanitária; segurança alimentar e nutricional; formação

¹² A professora se apresenta e é apresentada dessa forma em diversos espaços públicos.

¹³ O Coletivo De Trans Pra Frente é uma rede formada por ativistas trans e travestis em Salvador, que surgiu da necessidade de nortear os debates acerca das discussões de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades. Informação retirada da página do coletivo https://www.facebook.com/pg/detranssprafrente/about/?ref=page_internal.

interdisciplinar em saúde; e direitos humanos epistêmicos”. (Informações obtidas do currículo Lattes).

No mestrado, pesquisou sobre “Duração e fatores associados ao aleitamento materno em municípios do Recôncavo da Bahia: um estudo de coorte de nascimento” e no doutorado, o tema da sua pesquisa, foi: “Elas têm fome de quê? (In)segurança alimentar e condições de saúde e nutrição de mulheres na fase gestacional”. Presumimos que o interesse em investigar sobre saúde materna está relacionada com a sua atuação no período de 2009 a 2010 como professora substituta da Maternidade Climério de Oliveira (UFBA). A professora Fran Demétrio é pós-doutora em Filosofia pela Universidade de Brasília (UNB/2019) e professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/2011), lecionando na graduação do bacharelado interdisciplinar em Saúde e no mestrado profissional em Saúde da Família da FIOCRUZ. Ela tem orientado pesquisas com diversas temáticas e coordena a pesquisa cujo tema é “Diversidade Sexual e de Gênero na Atenção Básica: um estudo nos contextos do Recôncavo e do Extremo Oeste baianos”.

Através do grupo LABTrans, ela desenvolve projetos de extensão como o Transcine: cinema, gêneros, sexualidades e saúde, que tem como objetivo “proporcionar diálogos críticos e reflexivos sobre as questões de gênero e sexualidades que perpassam a saúde, a partir da leitura cinematográfica e do exercício transdisciplinar” (Demetrio, Silva, 2017, p. 5); o Café dissidente que se constitui como um espaço de diálogo com a finalidade de abordar temáticas “que necessitam de conotações políticas sobre a legitimidade de suas simbologias e ideologias hegemônicas que subalternizam corpos, vidas, diversidades, formas terapêuticas de cuidados, etnicidades, territórios entre outros (Demetrio, Silva, 2017, p. 7), entre outras.

Professora Doutora Katemari Diogo da Rosa

A professora Katemari Rosa, em entrevista concedida ao *site* Ciências e Cultura¹⁴, da UFBA (2017), narra sobre suas motivações, desde a infância, para estudar Física, e relata que a questão racial só surgiu quando foi cursar o mestrado na cidade do Salvador, na Bahia (a professora é natural de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul) e percebeu, mesmo a cidade tendo população de maioria negra, que em alguns ambientes há escassa presença de negros, a exemplo do Instituto de Física da UFBA: “Que coisa estranha! Onde é que estão as professoras, os professores negros, aqui?”.

As desigualdades raciais têm como um dos fatores as desigualdades econômicas. A publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/2011), “Retratos das desigualdades de gênero e raça”, fez investigação sobre as desigualdades em diversos âmbitos, como educação, mercado de trabalho, saúde, habitação, dentre outros, e verificou que a população negra está em posição inferior à população branca, e esse é um dos possíveis motivos que a professora Katemari Rosa não conseguiu visualizar docentes negros/as.

O currículo lattes da professora informa que “seus interesses envolvem a pesquisa e a prática em ensino de Física, formação de educadoras e educadores, Física nas séries iniciais e discussões que envolvem as interseccionalidades de gênero, sexualidade, raça, etnia e status socioeconômico na construção e no ensino das ciências”. (Informações obtidas do currículo lattes). Ela é integrante da National Organization of Gay and Lesbian Scientists and Technical Professionals (NOGLSTP) e da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN). Percebemos que a professora Katemari Rosa trata gênero,

¹⁴ Link da entrevista: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/katemari-rosa/>

raça e sexualidade de forma interseccional nas Ciências Exatas, que é considerado um campo duro do conhecimento pela rigorosidade e objetividade. Portanto, uma área do conhecimento que ‘não caberia’ tais reflexões. Sobre essa questão, a professora nos diz:

... em relação aos preconceitos que a gente tem de gênero e raça, a gente também cultiva preconceitos e ideias em relação à ciência. Essa ideia de que a ciência fala sobre a verdade, de que a ciência é algo imutável, que é objetiva. Essas são visões que a maioria das pessoas compartilha, e que associado a isso têm outras imagens de quem pode fazer ciência. (Katemari Rosa, site Ciências e Cultura).

Na pós-graduação, nos Estados Unidos, a professora investigou de que forma mulheres negras, na Física, constroem suas identidades como cientistas, cujo título da pesquisa foi “Gender, ethnicity and physics education: understanding how Black women build their identities as scientists”. É dada a continuidade a essa pesquisa quando a professora Katemari Rosa se torna docente na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no período de 2013 a 2017, coordenando o projeto de pesquisa “Contando Nossa História Negras e Negros nas Ciências, Tecnologias e Engenharias no Brasil” e que, atualmente, coordena na Universidade Federal da Bahia (UFBA), universidade em que está lecionando desde 2017, o projeto “O uso de NTICs para uma Física decolonial: cientistas negras e negros na divulgação científica e em recursos educacionais abertos”.

A professora Katemari Rosa tem orientado trabalhos publicados e participado de eventos nacionais e internacionais nos quais aborda as temáticas raciais, gênero, sexualidade, dentre outros, na área da Educação e das Ciências Exatas.

Considerações finais

O olhar sobre a mulher negra perpassa as marcas do estigma da escravidão, responsável por moldar e veicular a imagem da mulher negra às funções servis, como natural ou designado. Ainda há na sociedade brasileira um contingente desse grupo social que realiza trabalhos sem qualificação, do tipo que dispensam inclusive a educação e a instrução. Mesmo em realidades diferentes, “[...] a representação iconográfica da negra que imprime na consciência cultural coletiva, a ideia de que a mulher negra está neste planeta principalmente para servir aos outros” (hooks, 1995, p. 19).

Na sociedade brasileira, a categoria “mulher negra” tem a representação real de um lugar, um grupo, uma posição dada. Cabe ressaltar que outras representações têm sido construídas à luz de outras vivências, como é o exemplo das mulheres negras doutoras na academia.

Ao olharmos para as mulheres negras atuando na educação formal superior, acreditamos ser mais uma das estratégias à superação do racismo ao vencer as barreiras socioculturais mas, principalmente, um anseio de uma coletividade que atravessa o desejo individual, familiar e ativista, uma expectativa positiva à população negra. A educação formal superior é lugar de mulher negra também! Estar no espaço até então de “não lugar” significa reverberar uma outra configuração de educação superior. Configuração essa que passa pelo acesso e permanência de negras e negros na universidade por um currículo que conste a diversidade e pluralidade de nossa sociedade.

Hoje temos condições de afirmar que a inclusão no ensino superior tem incorrido em avanços positivos, mas ainda em um quantitativo reduzido de uma forma desigual na graduação e principalmente na docência. Segundo Silva (2010), ao fazer o levantamento de quantas professoras negras estavam incluídas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), atuando

no ensino superior e com doutorado, descobriu que esse número era de somente 251 docentes negras em um universo de 63.234 doutores (incluindo homens e mulheres). Esse resultado explica a persistência das desigualdades raciais e o impacto no acesso de negros/as à educação principalmente na educação superior. Isso significa que o acesso à universidade para negros/as é mais lento e visibiliza também como a população negra nessa sociedade sempre foi relegada ao segundo plano. A persistência das desigualdades educacionais no ensino superior preocupa os analistas dos estudos da área, ainda mais aqueles que se dedicam a estudar ações voltadas para viabilizar o ingresso de grupos historicamente sub-representados neste nível de ensino (Sotero, 2013).

No entanto, atualmente há necessidade que a educação superior avalie suas estruturas no que concerne intensificar a atenção às diversidades. Para isso as políticas educacionais devem ser entendidas como equidade para ter sucesso no combate ao racismo, sexismo, discriminações e preconceitos, que estão presentes no seu universo e que tem alvo certo negras/os. E para transpor as dificuldades e dar uma resposta a esse cenário, temos as lutas do movimento social negro e das organizações de mulheres negras com as conquistas, como as políticas de ações afirmativas e a Lei nº 10.639/03.

Elas sabem que a situação de constrangimentos e discriminações, marcadas por condições perversas nos níveis social, econômico, educacional e político, é uma constância na vida de negras/os alicerçados nos estereótipos construídos na sociedade. Diante disso, as mulheres negras no ensino superior, a partir de suas vivências, experiências e conhecimentos, reagem às formas de violência que são veladas pelo racismo institucional. Nem por isso as mulheres negras se esmorecem frente a essa situação e tantas outras

que se apresentam no universo acadêmico. O que está em jogo é desconstruir o pensamento eurocêntrico que marginaliza outros conhecimentos e saberes. E essa desconstrução se dá por meio da educação formal antirracista.

Educação que percebemos na trajetória da vida acadêmica de mulheres negras ao se fazerem presentes nos núcleos de estudo, extensão e pesquisas com pesquisas exitosas, mas ainda há necessidade da presença nas pós-graduações, acesso a bolsas de pesquisa e cargo de chefia, e estar visibilizadas nos espaços de poder. Isso significa romper com a hegemonia implantada no campo educacional, já que não tiveram à sua disposição a oportunidade de igualdade de direitos. E serem mulheres negras na academia serve de referência para gerações que aqui estão e as que virão.

Na academia, essas mulheres negras doutoras pesquisadas reverberam para uma outra epistemologia do saber, para as possibilidades e concretude positivada da história de negras/os; suas atuações e visibilidade nos impulsionam a não desistirmos dos enfrentamentos para a promoção real da igualdade de direitos que tem sua complexidade.

Referências bibliográficas

_____. Intelectuais negras. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/IFRGE/UFRJE/; PPCIS/UERJ, v. 3, n. 2, 1995.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, 17 (49), 2003, p. 117-132.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. As imagens dos negros em livros didáticos de história. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88563/236610.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 08 nov. 2019.

DEMETRIO, Fran; SILVA, Marcus Vinicius Silva Santiago. A experiência de co-construção e desenvolvimento do Labtrans no Centro de Ciências da Saúde da UFRB. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD3_SA29_ID889_17072017153226.pdf. Acesso em 18 ago. 2019.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, núm. 78, julho-diciembre, 2014, pp. 241-258. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia.

GOMES, Nilma L. A mulher que vi de perto: o processo de construção racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazda, 1995.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: Ipea, 2001.

HOOKS, Bell. *Feminist Theory: from margin to Center*. South End Press. Boston, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, Jun. 2003.

SANTOS FILHO, J. dos R. A imaginação sociológica e o método: o método como momento de instituição da sociologia. Araraquara: FCL/Unesp/CAR, 1996. Mimeo.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. *Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana – 1980-1991*. 2015. 184 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 16, n. 2. Jul/dez, 1990, p. 5-22.

SILVA, Elieny do Nascimento. *Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando experiências*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2012.

SILVA, Joselina da. *Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais*. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. ISSN 2175-795X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19/17811>>. Acesso em: 01 out. 2019.

SILVA, Maria Aparecida. Trajetórias de mulheres negras líderes de movimentos sociais em Araraquara-SP: estratégias sociais na construção do modo de vida. 2011. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2011.

SIMONE EUCLIDES, Maria; SILVA, Joselina da. Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. *Práxis Educacional*, [S.l.], v. 15, n. 32, p. 33-52, maio 2019. ISSN 2178-2679. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *in: Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]* – Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WATTHIER, L. A Discriminação Racial presente em Livros Didáticos e sua Influência na Formação da Identidade dos Alunos. *Revista Urutágua*, v. 16, n. 16, p. 47-54, 15 set. 2008.